

## Ecofeminismo e a formação do sujeito ecológico: revisão da bibliografia recente (2013 a 2023)

ARTIGO

Karoline Moura Alves<sup>i</sup>

Universidade Federal do Paraná, Palotina, PR, Brasil

Valéria Ghislotti Iared<sup>ii</sup>

Universidade Federal do Paraná, Palotina, PR, Brasil

1

### Resumo

A partir de teorias ecofeministas, o presente trabalho objetivou investigar as contribuições do feminismo para a educação ambiental. Para tanto, foram selecionados artigos que adotaram essa perspectiva (de 2013 a 2023), identificando intersecções com a educação ambiental e discutindo a formação de sujeitos ecológicos. A metodologia qualitativa baseou-se nas diretrizes de Godoy (1995) e Minayo (2002), recorrendo às bases de dados relevantes (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e periódicos nacionais de educação ambiental) e à análise de conteúdo para identificar padrões, temas e tendências dos últimos dez anos. Identificaram-se as convergências entre o ecofeminismo e a educação ambiental, o que revelou abordagens teóricas coerentes, tendências por áreas do conhecimento e a quantidade de publicações anuais. Apesar de atingir seus objetivos, o estudo ressalta a necessidade de mais discussões sobre o ecofeminismo como uma lente interpretativa essencial para impulsionar transformações no mundo.

**Palavras-chave:** Teorias Ecofeministas. Educação Ambiental. Sujeito Ecológico.

### Ecofeminism and the formation of the ecological subject: review of recent literature (2013 to 2023)

### Abstract

Based on ecofeminist theories, this study aimed to investigate the contributions of feminism to environmental education. To this end, articles that adopted this perspective (from 2013 to 2023) were selected, identifying intersections with environmental education and discussing the formation of ecological subjects. The qualitative methodology was based on the guidelines of Godoy (1995) and Minayo (2002), using relevant databases (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações and national environmental education journals) and content analysis to identify patterns, themes and trends of the last ten years. Convergences between ecofeminism and environmental education were identified, revealing coherent theoretical approaches, trends by areas of knowledge and the number of annual publications. Despite achieving its objectives, the study highlights the need for more discussions on ecofeminism as an essential interpretative lens to drive transformations in the world.

**Keywords:** Ecofeminist Theories. Environmental Education. Ecological Subject.

## 1 Introdução

2

Atualmente, o ecofeminismo é entendido como uma corrente epistemológica que atua na crítica ao essencialismo associado às mulheres, isto é, às perspectivas de que mulheres nasceram para cuidar e zelar, visto que essa visão reducionista exclui as mulheres das discussões e atividades econômicas, políticas e sociais (Siliprandi, 2000; Oliveira *et al.*, 2021). O essencialismo de gênero é uma discussão presente nas pautas feministas, já que essa percepção sustenta a existência de características fixas associadas a cada gênero, isso determina que as pessoas nascem com certas características intrínsecas e imutáveis relacionadas ao sexo biológico. No contexto das mulheres, o essencialismo de gênero é a crença de que há natureza inerente às mulheres, que as define e determina sua identidade, comportamento e papéis na sociedade. O perigo por trás do essencialismo de gênero é o reforço de estereótipos rígidos e generalizações simplistas sobre as mulheres, reduzindo-as a uma única categoria com características universalizantes. Essa visão ignora a diversidade e a multiplicidade de experiências, identidades e expressões de gênero que existem entre as mulheres. É importante destacar que as características e os comportamentos atribuídos às mulheres são frutos de uma construção social e cultural (Cyrino, 2011; Kuhnen, 2013).

Na literatura, os pensamentos críticos ao ecofeminismo são concebidos em algumas vertentes: econômica, política, científica e tecnológica, já que a atual perspectiva econômica é caracterizada pela concepção de que as mulheres e a natureza são recursos ilimitados, prontas a serem dominadas e exploradas, a fim de propiciar acúmulos de riquezas. Paralelamente, na perspectiva política, identifica-se a mulher com a natureza e o homem com a cultura, sendo que a cultura teria valores hierarquicamente maiores que a natureza, uma noção que legitimaria a opressão de corpos femininos e a exploração da natureza. Quanto à perspectiva científica e tecnológica, fomenta-se uma visão excludente quanto ao conhecimento científico feminino (Siliprandi, 2000; Mies; Shiva, 2021). Diante disso,

uma perspectiva ecofeminista propõe a necessidade de uma nova cosmologia e uma nova antropologia que reconheça que a vida é mantida por meio da cooperação, do cuidado mútuo e do amor. Só assim seremos capazes de respeitar e preservar a diversidade de todas as formas de vida, incluindo suas expressões culturais, como verdadeiras fontes de nosso bem-estar e nossa felicidade (Mies; Shiva, 2021, p. 55).

3

A educação ambiental está intrinsecamente ligada à formação de um campo social que se concentra na preocupação em torno do meio ambiente, no qual diferentes atores disputam o poder de definir condutas humanas desejáveis e um ambiente ideal. Podemos pensar na organização desse campo como um local onde diferentes interpretações e significados ambientais são atribuídos, resultando na construção de abordagens ambientais diversas. No Brasil, esse campo ambiental é moldado pela colaboração de diversas forças sociais, especialmente grupos da sociedade civil que desempenham um papel fundamental na política ambiental. Esses atores, incluindo movimentos ecológicos e ONGs, incorporam a temática ambiental em suas agendas, adotando um caráter político significativo e ampliando seu alcance para além das esferas governamentais e de especialistas (Carvalho, 2001).

Conforme definida na Conferência de Tbilisi em 1977, a educação ambiental possui várias características essenciais, como o seu processo contínuo e dinâmico, que visa a sensibilizar as pessoas sobre o meio ambiente e a capacitá-las a agir de forma individual e coletiva para resolver os problemas ambientais contemporâneos. Além disso, a educação ambiental é transformadora, pois busca mudar atitudes e promover uma nova perspectiva nas relações entre os seres humanos e o ambiente, resultando em comportamentos mais sustentáveis. Outra característica importante é a participação ativa, incentivando as pessoas a se envolverem em questões ambientais. Um ponto importante a ser destacado é que a educação ambiental não se limita apenas à escola, sendo abrangente o suficiente para ser incorporada em todas as esferas da educação, envolvendo não apenas os estudantes, mas também suas famílias e comunidades. Assim, a educação ambiental adota uma visão global, ao considerar todas as facetas do ambiente,

desde aspectos naturais até sociais, econômicos, políticos, históricos, culturais, morais, éticos e estéticos (Dias, 2022).

A educação ambiental tem raízes tanto no campo da educação quanto no campo ambiental. Isso demonstra que esse segmento não se originou exclusivamente do campo educacional ou na teoria da educação, mas sim como um desdobramento dos movimentos ecológicos e do debate global sobre as questões ambientais. Em termos de ações do governo, a educação ambiental, inicialmente, estava ligada às políticas ambientais e aos órgãos ambientais como uma forma de educação não formal (Carvalho, 2001).

Por meio das relações sociais em torno das questões ambientais no Brasil, associadas com trajetórias de vida e carreira de educadores ambientais, permite-se conspirar a ideia de um “sujeito ecológico”, isto é, descrever um tipo ideal que é construído nas interpretações que dão sentido ao ambiente, considerando tanto a tradição de longa data quanto as experiências atuais. Por sua vez, o sujeito ecológico desempenha um papel essencial na narrativa ambiental contemporânea, moldando o cenário simbólico dos profissionais ambientais em geral (Carvalho, 2005).

No momento, estamos enfrentando uma crise socioambiental que tende a piorar se os comportamentos atuais de degradação continuarem. Philippi Jr. e Pelicioni (2014) compreendem que isso não se trata apenas de um problema ambiental, mas de um enraizamento em nossa cultura, maneira de pensar, valores e sistemas políticos e econômicos. É uma crise que vai além do ambiente; é uma crise ontológica, de como vemos o mundo. Portanto, não podemos resolver esses problemas apenas gerenciando recursos naturais ou considerando o impacto ambiental na produção. Precisamos amadurecer como seres humanos, quebrar hipocrisias sociais e desenvolver novos valores e maneiras de pensar. Estamos diante de uma encruzilhada que nos faz repensar nossa cultura, crenças, valores e conhecimentos que orientam nosso comportamento diário. A educação desempenha um papel fundamental na mudança desse paradigma social e na busca por novos caminhos.

Diante do exposto,

em uma sociedade de consumismo desenfreado, é necessário que se desenvolva o senso crítico e se discuta a questão do equilíbrio ambiental e do desenvolvimento de hábitos saudáveis e sustentáveis, preparando os estudantes para exercer a cidadania planetária, para enfrentar os desafios ambientais do século XXI e planejar seu futuro de forma consciente e responsável, sobretudo, em tempos que a sustentabilidade se assume como um valor em destaque (Brasil, 2022, p. 26).

5

Ao se aprofundar na complexidade e variáveis desse campo do conhecimento, Sauv  (2005) entende que, na educa o ambiental, há uma diversidade significativa de abordagens e perspectivas. Embora todas as correntes compartilhem uma preocupa o comum pelo meio ambiente e reconheçam o papel fundamental da educa o nesse contexto, diferentes autores, como pesquisadores, professores, pedagogos, associa es e organismos, adotam discursos variados e propoem diversas maneiras de conceber e praticar a educa o ambiental. Dentre as correntes que têm uma longa tradi o em educa o ambiental, destacam-se as correntes naturalista, científica, humanista e a corrente moral/ tica. Dentre as correntes mais recentes, encontramos as correntes holística, crítica, feminista, etnográfica, entre outras.

Diante dessa perspectiva, a corrente feminista na educa o ambiental foca na denúncia das rela es de poder nos grupos sociais, especialmente a opressão das mulheres. Ela defende a integra o de perspectivas e valores feministas na política, na economia e na sociedade. Essa abordagem destaca a associa o entre a opressão das mulheres e a explora o da natureza, promovendo abordagens intuitivas, afetivas e simbólicas para questões ambientais, além disso essa abordagem também critica a falta de representatividade das mulheres na educa o ambiental e questiona a ideia de “desenvolvimento sustentável”, apontando a arrogância daqueles que a promovem, principalmente homens brancos de classe média (Sauv , 2005).

O movimento feminista da segunda onda, ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, trouxe   tona questões relacionadas   opressão das mulheres e   busca pela igualdade de gênero. Esse movimento trouxe luz às rela es de poder e   desigualdade social, possibilitando abordar questões de justiça ambiental (Siliprandi, 2021). Durante o mesmo período, houve um crescimento do movimento ambientalista em todo o mundo. As

preocupações com a poluição, a degradação ambiental e a sustentabilidade ganharam destaque (Beltran, 2019). E, por fim, várias teorias e críticas começaram a emergir, desafiando o “paradigma social dominante” de exploração da natureza. Um termo definido a fim de expressar “os conjuntos de normas, crenças, valores e hábitos que formam a visão de mundo mais comumente compartilhada dentro de uma cultura” (Silva; Reis; Amâncio, 2011).

Dessa forma, torna-se evidente que o feminismo transcende a mera categorização de uma teoria crítica, já que ele também se manifesta como uma filosofia e uma lente interpretativa essencial para impulsionar a transformação no mundo. Ao se colocar como precursor fundamental para promover diálogos, o feminismo ilumina as interconexões entre a dominação humana sobre a natureza, assim como a desigualdade entre os homens e as mulheres.

No decorrer dos anos, o feminismo e o ecofeminismo se diversificaram, pois incorporaram uma ampla diversidade de vertentes e perspectivas. Tal projeto se alimenta das lutas das experiências e dos aportes teóricos dos movimentos feministas, dos movimentos sociais, das mulheres, ativistas, acadêmicas e filólogas de diferentes vertentes: essencialista, espiritual e construtivista, isto é, o ecofeminismo engloba várias vertentes e abordagens diferentes. De acordo com Siliprandi (2000), Bezerra (2020), Souza e Ramírez-Gálvez (2008), algumas das vertentes mais conhecidas são:

1 – Ecofeminismo essencialista ou clássico: essa vertente compreende a mulher como um ser predisposto à preservação da natureza devido às suas qualidades maternas e à capacidade de gerar vida, tornando-a intrinsecamente mais harmoniosa com a natureza. Em contrapartida, o homem é percebido como um ser dominador em relação à natureza e à própria mulher. Como resultado, os homens são associados à degradação ambiental e à exploração econômica da natureza e de seus recursos.

2 – Ecofeminismo espiritual: enfatiza-se a dimensão espiritual da relação entre as mulheres e a natureza. Entre os princípios, destaca-se a conexão entre a espiritualidade feminina e a preservação da terra, recebendo “influência dos princípios religiosos de Gandhi, na Ásia, e da Teologia da Libertação, na América Latina” (Souza, 2007, p. 6).

Essa corrente sustenta a ideia de que as mulheres possuem uma ligação com a natureza através de sua capacidade de criar vida. O ecofeminismo espiritual valoriza rituais, cerimônias e práticas espirituais no intuito de promover o respeito, a conexão e a proteção da natureza.

3 – Ecofeminismo radical: essa vertente do ecofeminismo critica as estruturas patriarcais e a dominação masculina tanto sobre as mulheres quanto sobre a natureza. O ecofeminismo radical defende a necessidade de uma mudança fundamental nas relações de poder e na estrutura da sociedade para alcançar a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental.

4 – Ecofeminismo construtivista: a abordagem construtivista do ecofeminismo não defende a ideia de superioridade da mulher em relação ao homem na preservação da natureza. Em vez disso, reconhece que o patriarcado, em conjunto com outras formas de opressão, desempenha um papel na degradação ambiental. Assim, enfatiza-se a importância das mulheres na conservação da natureza, não apenas devido às suas características de gênero, mas também pelo seu papel nas esferas familiares, afetivas e econômicas.

Essas vertentes não são únicas e exclusivas, muitas ecofeministas adotam uma abordagem integrada, combinando elementos de várias vertentes. É preciso enfatizar que o ecofeminismo é um campo diverso e em constante evolução, com diferentes interpretações e perspectivas sobre as relações entre gênero, natureza e justiça social. Nesse contexto, o ecofeminismo se revela como um produto coletivo e colaborativo de um grupo diversificado de mulheres ativistas, acadêmicas e filosóficas oriundas de diferentes partes do mundo. Por meio de suas contribuições, homens e mulheres têm sustentado esse movimento ao levantar pautas e estimular debates acerca das interconexões entre gênero, meio ambiente e justiça social (Beltran, 2019).

O presente tópico compilou e problematizou as fundamentações teóricas da educação ambiental e do ecofeminismo. Na próxima seção, descrevemos o percurso da revisão de literatura, a fim de investigar as contribuições do feminismo para a educação ambiental.

## 2 Desenvolvimento metodológico

Este trabalho se configura como uma revisão bibliográfica, integrada à abordagem qualitativa de pesquisa. Segundo Godoy (1995), essa abordagem é especialmente relevante ao investigar eventos relacionados ao âmbito humano. Minayo (2002) a descreve como uma pesquisa “tateante”, porque gera resultados e critérios progressivamente mais detalhados à medida que avança. Godoy (1995) destaca a necessidade de uma compreensão holística dos fenômenos em análise, levando em conta a perspectiva do pesquisador no trabalho de campo, observando e entendendo a problemática no contexto que fundamenta a pesquisa. Ele ressalta que, em uma disciplina na qual o observador compartilha a mesma natureza que o objeto de estudo, o observador torna-se parte intrínseca do processo de observação (Godoy, 1995, p. 21; Minayo, 2002, p. 13; Lévi-Strauss, 1975, p. 215).

Definimos esta investigação como do tipo estado do conhecimento, conforme Magalhães Júnior e Batista (2021), que consiste em uma investigação abrangente e crítica do conhecimento gerado em um campo de estudo específico. Essa modalidade de pesquisa pode ocorrer em pesquisas focadas no mapeamento crítico e reflexivo das produções existentes ou como parte de estudos acadêmicos, como monografias, dissertações e teses, desempenhando um papel crucial na justificação do valor da pesquisa realizada (Magalhães Júnior; Batista, 2021).

Recorremos à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, bem como às revistas *Sergipana de Educação Ambiental*, *Ambiente e Educação*, *Pesquisa em Educação Ambiental*, *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental* e a *Revista Brasileira de Educação Ambiental*. As palavras-chave incluíram “ecofeminismo”, “mulheres”, “feminismo”, “ecologia feminista”, com a busca limitada aos últimos dez anos (2013 a 2023). Estabelecemos critérios de seleção, incluindo a abordagem explícita do termo ecofeminismo e a discussão, experiência ou citação relacionada ao ecofeminismo.

Para a análise de dados, adotamos a análise de conteúdo, uma abordagem metodológica frequentemente usada para estudar e compreender materiais textuais.

Segundo Minayo (2007), essa análise envolve a sistematização e a interpretação de informações para identificar padrões, temas, categorias e significados subjacentes. O processo inclui etapas como pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação (Minayo; Gomes, 2007).

A revisão, realizada entre julho e setembro de 2023, envolveu a leitura e a releitura dos trabalhos encontrados nos últimos dez anos. Os documentos foram analisados para identificar relações diretas com o ecofeminismo, tendências por áreas do conhecimento, quantidade de publicações por ano e relações com a educação ambiental e/ou a formação do sujeito ecológico. A próxima seção apresenta os artigos selecionados, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do estado atual do conhecimento sobre o ecofeminismo e a educação ambiental.

### 3 Resultados e Discussão

Os resultados desta etapa foram organizados da seguinte maneira: durante uma leitura flutuante, identificamos que, dos 70 artigos inicialmente encontrados, apenas 38 ofereciam uma definição aprofundada do tema. Os demais artigos mencionaram elementos de forma dispersa no texto ou na referência, ou abordavam relações indiretas com a temática estudada. Devido à ausência de palavras-chave e conceitos essenciais para esclarecimento, esses documentos foram descartados para a próxima fase. Essa análise permitiu compreender a extensão do tema.

Na pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, identificamos um maior número de trabalhos diretamente relacionados ao tema, totalizando 39 documentos. Vale ressaltar que, nessa base de dados, foram consideradas apenas as palavras-chave “ecofeminismo” e “ecologia feminista”, uma vez que a palavra-chave “mulheres” resultou em trabalhos não alinhados ao campo da educação ambiental.

Ao repetir a pesquisa nas demais revistas, observamos a recorrência de muitos artigos já selecionados anteriormente, possivelmente devido às palavras-chave utilizadas.

Assim, os resultados dessa etapa inicial foram organizados com base nos artigos encontrados, conforme apresentado no quadro 1.

**Quadro 1 – Resultados das buscas realizadas nas plataformas de dados**

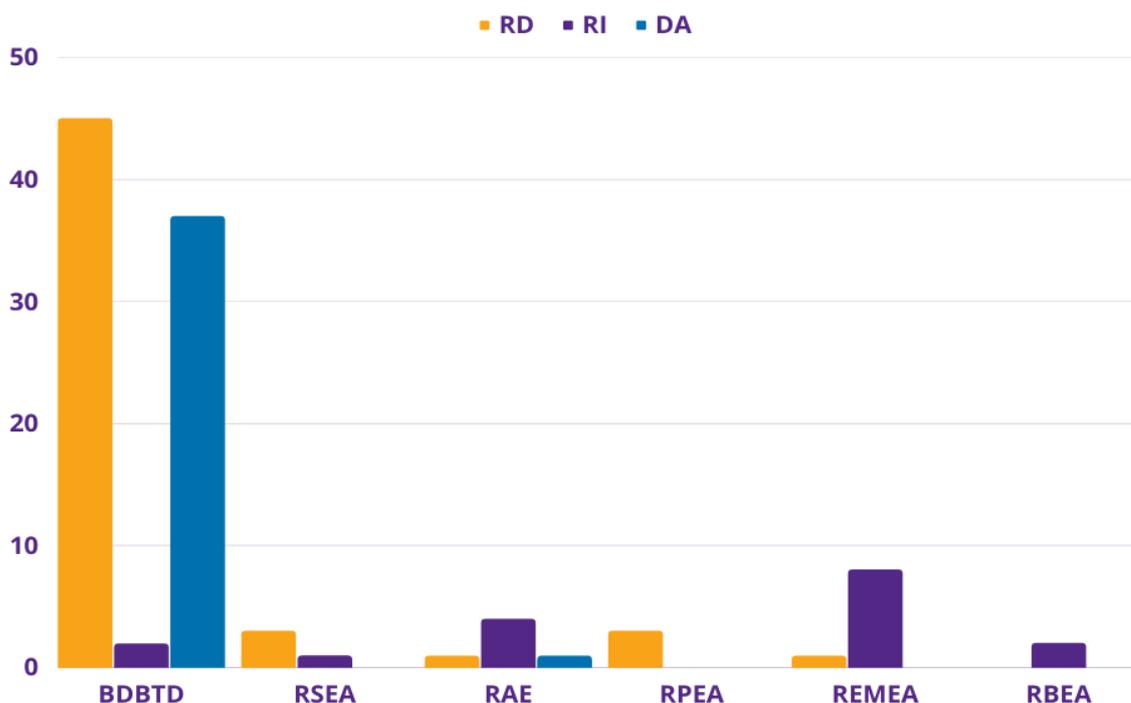
Base de dados	Ecofeminismo		Mulheres		Feminismo		Ecologia feminista	
	Textos encontrados	Textos selecionados						
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	65	39	0	0	0	0	80	8
<i>Revista Sergipana de Educação Ambiental</i>	4	2	34	2	3	0	2	0
<i>Revista Ambiente e Educação</i>	0	0	6	4	1	1	0	0
<i>Revista Pesquisa em Educação Ambiental</i>	2	1	20	2	3	0	3	0
<i>Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental</i>	0	0	18	8	3	1	0	0
<i>Revista Brasileira de Educação Ambiental</i>	0	0	10	1	1	1	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>	<b>42</b>	<b>88</b>	<b>17</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>85</b>	<b>8</b>

Fonte: As autoras (2024).

Conforme apresentado na figura 1, os maiores índices de busca estão concentrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Em análise, foi possível identificar que apenas a *Revista Brasileira de Educação Ambiental* não

apresentou aprofundamento nem relações diretas com o tema. Agora, em outra perspectiva, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e a *Revista Ambiente e Educação* trouxeram definições aprofundadas acerca do tema em seus trabalhos identificados. Em contrapartida, a *Revista Pesquisa em Educação Ambiental* apresentou relação direta com o tema, no entanto não apresentou aprofundamento na teoria nem relações indiretas.

**Figura 1 – Análise por base/periódicos consultados**



Fonte: As autoras (2024).

Legenda: RD: Relação Direta. RI: Relação Indireta. DA: Definição aprofundada. BDBTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. RSEA: *Revista Sergipana de Educação Ambiental*. RAE: *Revista Ambiente e Educação*. RPEA: *Revista Pesquisa em Educação Ambiental*. REMEA: *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. RBEA: *Revista Brasileira de Educação Ambiental*.

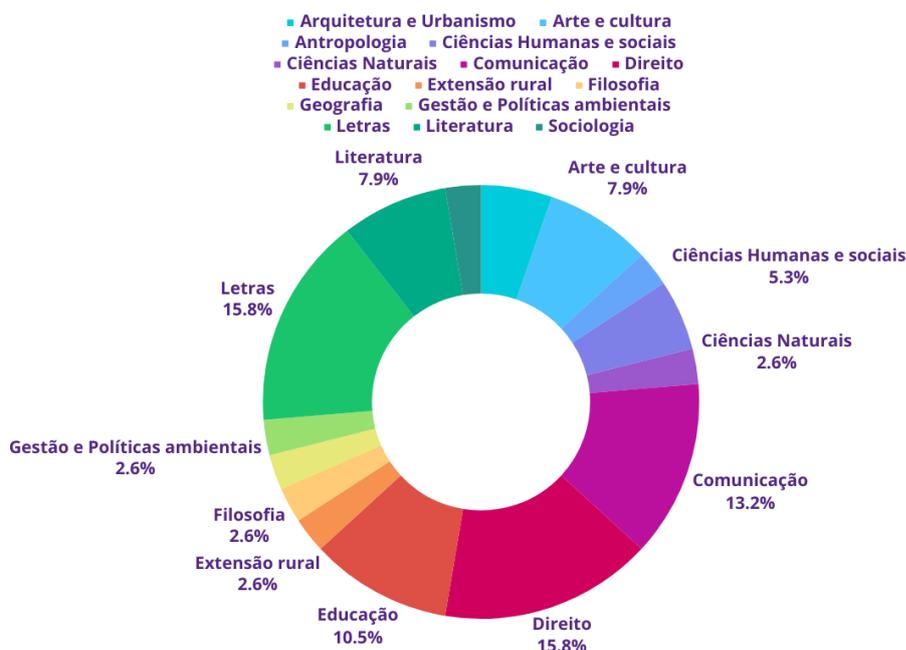
No que tange à diversidade desse tema, ficou evidente que existem muitas maneiras diferentes de agir e pensar sobre uma única teoria. As teorias ecofeministas podem ser apropriadas por diferentes áreas de pesquisa que se aprofundam em dados e reflexões extremamente importantes para campos de estudo com as diferenças nas lutas e nas opressões, objetivando garantir que os diferentes movimentos que defendem os direitos de grupos e causas estejam aprimorando suas abordagens, especialmente, quando atuam em sociedades desiguais, multiculturalmente diversas e em constante transformação.

Dito isso, dos 38 trabalhos que se aprofundaram na definição do ecofeminismo, foram analisadas as tendências por campo do conhecimento. De modo geral, as áreas de Direito e de Letras apareceram com o maior número de trabalhos, com cerca de 15% de resultado. Os trabalhos, em suma, abordam criticamente a opressão de gênero e os direitos civis das mulheres e até mesmo casos de injustiças ambientais associadas a desastres, como os impactos das mulheres na região de Brumadinho. Já o campo de Letras, envolveu o tema em uma perspectiva literária, como a importância dos estudos ecológicos em destaque no cenário da crise ambiental e social atual, assim como pela expansão das abordagens interpretativas ao texto de Clarice Lispector e outros autores.

Em sequência, a Comunicação é a segunda área que mais produziu trabalhos referentes ao tema. Dentro dessa temática, observou-se nos trabalhos a maneira como muitas mobilizações feministas se organizam diante de algumas realidades.

Já o campo da Educação apareceu com 10% dos resultados. Nesse ponto, é necessário destacar que um dos trabalhos dessa seção era referente à articulação do ecofeminismo no ensino de ciências e biologia, e outro correlacionou com a educação ambiental crítica. Os resultados dessa observação estão expressos na figura 2.

**Figura 2 – Análise por área do conhecimento**



Fonte: As autoras (2024).

Referente à quantidade de publicação dos trabalhos por ano, os trabalhos são identificados a partir de 2014 com baixos registros em 2014, 2015 e 2017. No entanto, nos últimos dois anos, 2021 e 2022, esta pesquisa identificou a tendência de um aumento na produção de trabalhos acerca do tema. De acordo com Osório (2018), a falta de reflexão e incentivo a essa temática pode desencadear casos de desigualdades, afastando-se dos princípios do desenvolvimento sustentável com foco no aspecto social e humanizado. Por isso, destaca-se a importância das discussões e reflexões sobre esse assunto. Os dados estão representados na figura 3.

**Figura 3 – Quantidade de publicação por ano**



Fonte: As autoras (2024).

Para a fase de interpretação, foi selecionado apenas o trabalho que se referia ao tema em perspectiva formativa, ou seja, foi selecionado o artigo referente à área da educação, já que nenhuma das demais áreas analisadas apresentaram relações diretas com a formação do sujeito ecológico. Logo, dentro do campo educacional, apenas um trabalho correlacionou a educação ambiental crítica com a temática abordada. O trabalho selecionado está apresentado no quadro 2.

**Quadro 2 – Trabalhos selecionados para a interpretação**

Título	Autoria	Revista	Ano de publicação
<i>Educación ambiental crítica y feminismos del sur: un diálogo ineludible</i>	Mara Karidy Palanco Zuleta	<i>Revista Ambiente e Educação</i>	2021

Fonte: As autoras (2024).

A seguir, concentraremos nossa análise em um exame mais aprofundado do trabalho escolhido, explorando suas interpretações e as implicações significativas que ele traz para esta pesquisa.

No trabalho em foco, Zuleta (2021) destaca a importância histórica da educação ambiental, originada na reunião de 1972 em Estocolmo para discutir questões ambientais. Desde então, reconhece-se que a educação ambiental tem a responsabilidade de criar espaços formativos que desenvolvam o pensamento crítico, promovendo a participação democrática e sensibilizando a população para as questões ambientais. No entanto, a autora ressalta a necessidade de uma análise crítica dentro da educação ambiental, evitando a perpetuação de discursos patriarcais e coloniais.

A educação ambiental é comprometida quando a subjugação histórica das mulheres persiste, questionando como podemos promover o pensamento democrático sob tais circunstâncias. A autora destaca que a educação ambiental deve transcender a visão de prosperidade financeira e desafiar o sistema capitalista que limita a educação ao cumprimento de normas e obediência. Zuleta (2021) explora como a epistemologia tradicional das ciências naturais e sociais é androcêntrica, exercendo influência na educação e na abordagem da educação ambiental. Destaca também a necessidade de identificar as raízes desses pensamentos, que perpetuam violências simbólicas, materiais e epistêmicas sobre comunidades não alinhadas com a visão dominante. Além disso, a autora discute a influência sexista, binária e colonial na produção científica, com ênfase na importância de questionar ativamente posições que legitimam comportamentos e discursos opressivos.

A reflexão se estende à influência da lógica sexista, binária e colonial na produção científica, exigindo uma profunda reflexão sobre as epistemologias e práticas que perpetuam estereótipos de gênero, raça e classe. As autoras De Borba e Moreira (2015) introduzem o conceito de neofeminismo, que Zuleta (2021) associa aos feminismos do Sul global; ela destaca sua relevância para desafiar estereótipos e promover uma educação ambiental mais inclusiva e equitativa. O trabalho de Zuleta (2021) levanta a questão crucial de como a educação ambiental pode se envolver eficazmente com as diversas

perspectivas feministas e ecofeministas. Salienta a necessidade de desconstruir estereótipos na produção de conhecimento e adotar posições anticoloniais e antipatriarcais na educação, para a promoção de uma abordagem mais inclusiva.

Em suma, os movimentos ecofeministas ressaltam o papel fundamental da mulher na busca por um novo paradigma de sustentabilidade, enfatizando a interseccionalidade e a necessidade de abordar as questões feministas com uma perspectiva ecológica. Ecofeministas como Rosendo e Kuhnen (2015), baseadas em Karen Warren, propõem uma conexão entre as opressões, argumentando que a natureza, muitas vezes personificada como feminina, deve ser analisada em relação ao papel e tratamento das mulheres na sociedade patriarcal (Miranda; Santos, 2019).

Diante dessa perspectiva, compreendemos que:

as mulheres junto de outros grupos marginalizados, podem ser considerados, a partir da leitura trazida pelos ecofeminismos, agentes socioambientais e sofrem de maneira desigual a distribuição dos efeitos da degradação ambiental. São as mulheres, no Brasil, que, habitualmente são as responsáveis por percorrer longas distâncias para a coleta de água, pela catação de materiais recicláveis e pela agricultura familiar e arcam com os ônus referentes à contaminação do solo, ao uso de defensivos agrícolas, à infertilidade, ao câncer de mama [...] O que o modelo patriarcal construiu socialmente como divisão sexual do trabalho e papel social da mulher, como a criação dos filhos, o fornecimento do alimento e a manutenção do lar, frequentemente coloca a mulher em contato e em relação de dependência com o meio ambiente, aliando, também por isso, as reivindicações feminista e ambiental (Miranda; Santos, 2019, p. 132).

As questões enfrentadas pelas mulheres não são exclusivas dos dias atuais, como evidenciado na redação do Enem de 2023, que abordou a invisibilidade da mulher e seus alinhamentos com os princípios do essencialismo. A filósofa Silvia Federici (2017) argumenta que o capitalismo depende do sexismo, racismo e outras formas de opressão, especialmente da subjugação das mulheres, para se consolidar como sistema. Ela destaca que a divisão sexual do trabalho foi uma relação de poder crucial para a acumulação capitalista.

A estruturação do capitalismo e do sistema hegemônico envolveu a exploração do trabalho feminino, especialmente com a separação entre as práticas reprodutivas e

produtivas. Durante a transição para a economia monetária, as atividades produtivas para o mercado foram valorizadas, enquanto as reprodutivas, associadas ao suposto papel natural-biológico das mulheres, foram desvalorizadas e não remuneradas. Essa fragmentação do trabalho resultou na precariedade das mulheres proletárias.

O sistema se estabeleceu na exploração dos recursos e das mulheres. Em contraste, movimentos ecofeministas buscam novas formas de convivência no planeta, propondo um desenvolvimento sustentável e opondo-se à exploração capitalista e patriarcal, que afeta o ecossistema e as mulheres.

As discussões sobre desenvolvimento sustentável dentro do capitalismo são complexas, com padrões econômicos muitas vezes justificando ações prejudiciais ao meio ambiente. A perspectiva liberal coloca o desenvolvimento econômico acima de tudo, criticando leis de proteção ambiental como obstáculos para o crescimento global. A teoria ecofeminista destaca a importância de recuperar e valorizar tanto o ecossistema quanto as mulheres, que foram relegadas a papéis de reprodução de mão de obra pelo sistema patriarcal e pela modernidade, enquanto a natureza tornou-se objeto de dominação em prol do capital.

## 4 Considerações finais

Este trabalho investigou as contribuições valiosas das teorias ecofeministas para a pesquisa em educação ambiental, questionando a suposta ligação entre as mulheres e a natureza e destacando a importância de uma abordagem crítica que evite essencialismos de gênero.

Os movimentos ecofeministas foram fundamentais na crítica à exploração das mulheres e da natureza pelo capitalismo patriarcal, pois ressaltam a importância de superar essas formas de opressão para alcançar o desenvolvimento sustentável. Destacamos a urgência dessa questão, especialmente devido às consequências prejudiciais da destruição ambiental, a qual afeta principalmente pessoas abaixo da linha de privilégios, conforme demonstrado pela interseccionalidade.

O capitalismo patriarcal revelou-se incompatível com a promoção de uma sustentabilidade que garanta a vida no planeta e justiça social. Portanto, a solução para a crise ambiental e a emancipação das mulheres deve abordar esses problemas interligados, exigindo uma mudança radical na estrutura e na organização da sociedade, baseada na ética da responsabilidade e no bem-viver entre os seres humanos e toda a biodiversidade do planeta. Apesar das diversas vertentes dos ecofeminismos, esse segmento tem sido um ponto de encontro significativo entre feminismo e ecologia, ambos compartilhando uma preocupação central com a sustentabilidade humana, social e ecológica. Isso vai além da mera sobrevivência, incluindo a busca por equidade e qualidade de vida. Esses objetivos só podem ser alcançados se considerarmos o cuidado com a vida e ajustarmos o desenvolvimento econômico ao ritmo biológico e ecológico.

Dessa forma, este trabalho atingiu os objetivos ao identificar que os ecofeminismos trazem pautas enriquecedoras para a educação ambiental. É crucial fomentar mais discussões sobre esse segmento, pois os ecofeminismos transcendem a mera categorização de uma teoria crítica; eles também se manifestam como uma filosofia e uma lente interpretativa essencial para impulsionar a transformação no mundo. Ao se apresentar como um precursor fundamental para promover diálogos, o ecofeminismo ilumina as interconexões entre a dominação humana sobre a natureza e a desigualdade entre homens e mulheres.

## Referências

BELTRAN, E. P. Ecofeminismo. **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019. p. 93-120.

BEZERRA, E. D. **Um olhar ao ecofeminismo a partir do pensamento de Vandana Shiva**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais) Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais – Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69379>. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Caderno Meio Ambiente [livro eletrônico]: **Educação ambiental: educação para o consumo**. Brasília, DF. 2022. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos\\_tematico\\_s/caderno\\_meio\\_ambiente\\_consolidado\\_v\\_final\\_27092022.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematico_s/caderno_meio_ambiente_consolidado_v_final_27092022.pdf). Acesso em: 26 set. 2023.

CIOMMO, R. C. **Saiba o que é EcoFeminismo** | Mulheres e a sustentabilidade | Biosfera. BOA VONTADE TV. Youtube, 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=fupgx-iOZok&ab\\_channel=BOAVONTADETV](https://www.youtube.com/watch?v=fupgx-iOZok&ab_channel=BOAVONTADETV). Acesso em: 04 dez. 2022.

CARVALHO, I. C. M. Qual educação ambiental?. Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural, **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 2, ed. 2, p. 43-51, 2001. Disponível em: [http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/Revista\\_Agroecologia\\_parte11.pdf](http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/Revista_Agroecologia_parte11.pdf). Acesso em: 07 jul. 2023.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental e Movimentos Sociais**: elementos para uma história política do campo ambiental. Educação: Teoria e Prática, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 46-56, 2001. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/1597>. Acesso em: 22 set. 2023.

CYRINO, R. Essencialismo de gênero e identidade sexual: o caso das mulheres executivas. **Caderno Espaço Feminino**, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/14219>. Acesso em: 03 jul. 2023.

DE BORBA, J. H. O. M.; MOREIRA, J. B. NEOFEMINISMO: os movimentos de mulheres do sul global podem redirecionar o feminismo?. **Revista de Iniciação Científica da FFC-(Cessada)**, v. 15, n. 2, p. 49-56, 2015. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/9460>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 10. ed. São Paulo: Gaia. 2022.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. 1. ed. Editora Elefante, 2017.

KUHNEN, T. A. **Dra. Tânia Kuhnen fala sobre ecofeminismo**. ANPOF. Youtube, 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Qf0i2QD7Q64&ab\\_channel=ANPOFOficial](https://www.youtube.com/watch?v=Qf0i2QD7Q64&ab_channel=ANPOFOficial). Acesso em: 15 ago. 2023.

KUHNEN, T. A. É possível dizer algo novo sobre essencialismo de gênero? **Revista Estudos Feministas**. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/FQcxXx3tD9Qz4LqgvRXp8Mq/?lang=pt#>. Acesso em: 03 jul. 2023.

MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O.; BATISTA, M. C. Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências. **Maringá: Gráfica e Editora Massini**, 2021.

MARCATTO, C. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002. Disponível em: [https://jbb.ibict.br/bitstream/1/494/1/Educacao\\_Ambiental\\_Conceitos\\_Principios.pdf](https://jbb.ibict.br/bitstream/1/494/1/Educacao_Ambiental_Conceitos_Principios.pdf). Acesso em: 15 dez. 2022.

MIES, M. SHIVA, V. **Ecofeminismo**; tradução Carolina Caires Coelho. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

MIRANDA, L. B.; SANTOS, M. F. Ecofeminismos como via promotora de direitos humanos e justiça ambiental: uma alternativa à violência ambiental e de gênero. *In: XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BELÉM-PA, 28., 2019. Belém. Anais. Meio digital.* Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/048p2018/5junxk3/2kHWe3XuC575vTtq.pdf>. Acesso em 08 nov. 2023.

OLIVEIRA, C. S. M. *et al.* Saberes femininos e ecofeminismo: diálogos em epistemologias do conhecimento. *In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 10., 2021 Niterói. Anais. Meio Digital. Even 3. 2021.* Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xc22021/437474-saberes-femininos-e-ecofeminismo--dialogos-em-epistemologias-do-conhecimento/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. **Saúde e sociedade**, v. 7, p. 19-31, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/szsPnKWNPM3ZZvjpFBZRLDj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. v. 14.

ROCKETT, A. N.; LUNA, J. M. F.; GUERRA, A. F. S. Educação Ambiental e consumismo: considerações sobre ações desenvolvidas pelo Terra Limpa. **Educação (UFSM)**, v. 44, 9 out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/31853/html>. Acesso em: 08 mar. 2023.

ROSENDO, D.; OLIVEIRA, F. A. G.; CARVALHO, P; KUHLEN, T. A. **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape'Ku Editora, 2019.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. *In: SATO, M. CARVALHO, I. Educação ambiental: pesquisa e desafios*. 1. ed. Porto alegre. Artmed. p. 17-44, 2005. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4586522/mod\\_resource/content/1/sauve%20correntes%20EA.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4586522/mod_resource/content/1/sauve%20correntes%20EA.pdf). Acesso em: 25 ago. 2023.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 1, n. 1, p. 61-71, 2000. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4422099/mod\\_folder/content/0/ecofeminismo%20.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4422099/mod_folder/content/0/ecofeminismo%20.pdf). Acesso em: 04 dez. 2023.

SILIPRANDI, E. **Ecofeminismo e epistemologia**. Rede Brasileira de Mulheres Filósofas. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wHz6ds7E-0M&t=4044s>. Acesso em: 04 dez. 2022.

SILVA, S. S.; REIS, R. P.; AMÂNCIO, R. Paradigmas ambientais nos relatos de sustentabilidade de organizações do setor de energia elétrica. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, 2022. Edição especial temática sobre desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/wf3ChsSgFc8mcYJCJ57RGnZQ/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SOUZA, I. P.; RAMÍREZ-GÁLVEZ, M. C. Os sentidos e representações do ecofeminismo da contemporaneidade. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, 7., 2008, Londrina. **Anais VII SEPECH**. Eduel. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/IriePSouza.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ZULETA, M. K. P. Educación Ambiental Crítica y Feminismos, Del Sur: un diálogo ineludible. **Meio Ambiente e Educação**, v. 26, não. 2 P. 216-245, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/12654/10351>. Acesso em: 31 out. 2023.

<sup>i</sup> **Karoline Moura Alves**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3275-7348>

Graduada em licenciatura em Ciências Biológicas pela UFPR – Setor Palotina. Atualmente, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Educação Matemática e Tecnologias Educativas (PPGECEMTE).

Contribuição de autoria: Autora.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8604280373208289>

E-mail: [karoline.alves@ufpr.br](mailto:karoline.alves@ufpr.br)

<sup>ii</sup> **Valéria Ghislotti Iared**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1082-9870>

Graduada em licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas pela UFSCar (2006). Mestra em Ecologia e Recursos Naturais pela UFSCar (2010). Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Carlos (2015). Atualmente, é Professora Adjunta da UFPR – Setor Palotina.

Contribuição de autoria: Co-autora.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1273203310250467>

E-mail: [valiared@gmail.com](mailto:valiared@gmail.com)

---

**Editora responsável:** Genifer Andrade

**Especialistas *ad hoc*:** Maria Auxiliadora de Almeida Arruda e Marcelo Franco Leão.

22

**Como citar este artigo (ABNT):**

ALVES, Karoline Moura; IARED, Valéria Ghislotti. Ecofeminismo e a formação do sujeito ecológico: revisão da bibliografia recente (2013 a 2023). **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, e13834, 2024. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/13834>

Recebido em 25 de agosto de 2024.

Aceito em 17 de outubro de 2024.

Publicado em 19 de dezembro de 2024.